

EM TEMPO DE LISTAS

*** Roberto Rodrigues**

Impressionante a dificuldade que o governo brasileiro vem enfrentando para conseguir reformar leis antigas e superadas que emperram o funcionamento do país.

As intermináveis discussões em torno da reforma da previdência, da modernização da legislação trabalhista, sem falar nas distantes reformas política e tributária, parecem um pesadelo sem fim, cada vez mais adiadas pela sucessão de "listas" da atualidade: lista de Janot, lista de Fachin, lista única de candidatos...

A questão anexa à lei trabalhista, que é o fim do imposto sindical, então, tem uma heroica resistência dos líderes sindicais agarrados a suas prerrogativas ancestrais.

A aprovação da PEC do Teto no ano passado deu a impressão de que o Congresso Nacional faria as tão demandadas reformas no período de governo de transição chefiado por Michel Temer. Até porque a PEC sozinha não resolverá o antigo problema do ajuste fiscal. Não é suficiente.

O realmente essencial é garantir a produtividade do trabalho, sem o que não avançaremos, e as reformas referidas darão consistência a isso.

Com a demora na votação das tais leis, o clima de barganhas vai crescendo nas relações entre Executivo e Legislativo, alimentado pelas díspares demandas dos mais diversos setores representados por entidades que vivem promovendo manifestações de toda ordem. Com isso, o interesse do Brasil vai ficando para trás.

Alguns parlamentares chegam a deixar claro que não podem apoiar a reforma previdenciária porque isso acabaria com sua eleição no primeiro pleito. Ou seja, não é o avanço do país que interessa defender, é só o cargo ou a posição do partido ou o poder pelo poder. Não percebem que estão atrasando o progresso nacional, tirando nossas competitividade e vantagens comparativas naturais.

Esta situação tem alimentado uma ideia que vem sendo cada dia mais discutida. Seria adequado eleger uma Constituinte exclusiva com o objetivo precípuo de promover uma revisão da controvertida Constituição de 1988 acrescentada das mudanças nas leis já referidas: da previdência, trabalhista, política e tributária?

Essa Constituinte Exclusiva seria composta de cidadãos eleitos independentemente de partidos políticos e com uma condição explícita: terminada sua missão, que teria prazo de um ano para ser efetivada, NENHUM dos Constituintes poderia se candidatar em qualquer tempo a cargos eletivos, seja no Executivo, seja no Legislativo, em qualquer nível, federal estadual ou municipal. Com isso haveria plena independência para decidir o que é melhor para o país, sem amarras partidárias ou outros interesses menores.

E ainda haveria um ganho adicional. Aparentemente cresce em todo o mundo uma certa contestação à globalização, com a suspeita generalizada de que este fenômeno ajudou as grandes corporações multinacionais em

detrimento dos cidadãos comuns. Isso tem levado a fatos como a Brexit, a eleição de Trump nos Estados Unidos e até o recrudescimento do protecionismo.

Mas há um tema por trás deste que talvez seja o mais relevante: com o acesso à educação de maiores massas humanas, fato acoplado à ascensão das redes sociais, também aumenta globalmente a contestação aos sistemas de representação. As pessoas querem participar mais da governança, seja de instituições, seja de governos e até mesmo das empresas em que trabalham. Em outras palavras, não se sentem adequadamente representadas pelos candidatos que elegeram. Isso coloca em risco o modelo de democracia vigente, condição piorada com a falta de líderes que ofereçam rumos às sociedades do mundo todo. Onde encontrar um Churchill, um Kennedy, um Roosevelt, um Lenin, um Stalin, um Mao? Este vazio de liderança pressiona ainda mais o sentimento de orfandade dos representados, e aumenta a vontade de participar da governança.

Ora, no caso brasileiro, uma Constituinte Exclusiva de caráter distrital para decidir a lista (opa, outra lista!) daquelas questões centrais para o futuro daria um sentimento de maior participação.

Eis um instigante tema para debate...

*** Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getulio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos todas as terças segundas-feiras do mês**